



DIREITOS HUMANOS E CARTOGRAFIA SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR: IMAGENS E REFLEXÕES

Albio Fabian Melchiorretto¹

Jessica Araujo²

Resumo

Este artigo objetiva cartografar uma experiência reflexiva sobre direitos humanos numa escola de ensino médio integrado ao técnico no Médio Vale do Itajaí, Santa Catarina. Inspirado nas reflexões de Ailton Krenak sobre as diferentes epistemologias que atravessam o território. A abordagem metodológica é a cartografia social, considerando as conexões dadas a partir de aproximações e distanciamentos que os dados gerados oferecem. Este método, dinâmico e relacional, permite uma compreensão vivencial das complexidades sociais. Os dados são gerados a partir de uma exposição fotográfica inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos realizada por estudantes do ensino médio. As fotografias, construídas à luz dos artigos da Declaração, revelaram questões como vulnerabilidade social, liberdade interior em meio à prisão exterior e direitos humanos no trabalho. A crítica ao capitalismo, conforme expresso por Krenak, é evidente nas representações que destacaram desigualdades e exploração. A abordagem da cartografia social conectou as imagens às narrativas marginalizadas, desafiando normas estabelecidas e promovendo uma visão inclusiva.

Palavras-chave: Educação. Direitos Humanos. Cartografia Social.

HUMAN RIGHTS AND SOCIAL CARTOGRAPHY IN THE SCHOOL CONTEXT: IMAGES AND REFLECTIONS

Abstract

This article aims to map a reflective experience on human rights at a high school integrated with technical education in the Médio Vale do Itajaí, Santa Catarina. Inspired by Ailton Krenak's reflections on the different epistemologies that intersect the territory. The methodological approach is social cartography, considering the connections given from approximations and distances that the generated data offer. This dynamic and relational method allows for an experiential understanding of social complexities. Data is generated from a photographic exhibition inspired by the Universal Declaration of Human Rights carried out by high school students. The photographs, constructed considering the Declaration's articles, revealed issues such as social vulnerability, inner freedom amidst external imprisonment, and human rights at work. The critique of capitalism, as expressed by Krenak, is evident in the representations that highlight inequalities and exploitation. The social cartography approach connected the images to marginalized narratives, challenging established norms, and promoting an inclusive vision.

Keywords: Education. Human Rights. Social Cartography.

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (2023). Professor pesquisador da Faculdade SENAC Blumenau. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8631-5270>.

² Mestranda em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela Universidade Regional de Blumenau (2024). Analista pedagógica da Faculdade SENAC Blumenau. <https://orcid.org/0009-0001-9836-1415>.

1 INTRODUÇÃO

Pensar a educação, como espaço de ensinar e aprender, é um desafio diante das metamorfoses do território social (Deleuze; Guattari, 2010). Além do contexto de inúmeras reterritorializações, considera-se também as diferentes cosmovisões que atuam sobre a escola e os diferentes discursos de poder que determinam as maneiras de ensinar e aprender. Falar de educação é compreender as muitas epistemologias que atuam naquele espaço.

O pensador brasileiro Ailton Krenak (2020) mobiliza uma reflexão sobre as diferentes epistemologias que atravessam o território. No texto *Ideias para adiar o fim do mundo*, ele questiona a concepção tradicional de humanidade, desenvolvimento e sustentabilidade. Aborda como as instituições consolidadas, como os espaços escolares e organismos multilaterais, foram configuradas para servir a uma ideia homogênea de humanidade. Krenak (2020) argumenta que essa perspectiva globalizante muitas vezes negligencia as diversas culturas, modos de vida e visões de mundo presentes em diferentes comunidades ao redor do mundo.

O tema da educação é abordado indiretamente no texto de Krenak (2020). Há uma crítica à forma como instituições, como por exemplo, o Banco Mundial e a Unesco, moldam a compreensão da humanidade e suas escolhas, muitas vezes desconsiderando as perspectivas e as necessidades das comunidades locais. Como pensar a formação de sujeitos historicamente constituídos no território local, com abordagens globalizantes?

Além disso, Krenak (2020) menciona o mito da sustentabilidade, criado pelas corporações para justificar suas ações prejudiciais ao meio ambiente. Ele destaca como a ideia de desenvolvimento sustentável muitas vezes serve aos interesses corporativos em detrimento da conexão profunda com a terra e da preservação das culturas locais.

A proposta reflexiva de Krenak (2020) questiona as práticas impostas nos processos de ensino e aprendizagem, e, quais as possibilidades de reterritorialização que se busca a fim de avançar em algumas discussões. Diante da possibilidade este artigo objetiva cartografar, no sentido deleuzo-guattarino, e não

num sentido tradicional de cartografia, uma experiência vivencial em torno dos direitos humanos, em uma escola de ensino médio integrado ao ensino técnico, numa cidade do Médio Vale do Itajaí, Santa Catarina.

A intencionalidade pedagógica por trás da incorporação do estudo dos direitos humanos no currículo do ensino médio representa uma oportunidade crucial para fomentar o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã nos estudantes (MEC, 2018). Nesse contexto, a abordagem dos direitos humanos não apenas enriquece o repertório intelectual dos estudantes, mas também contribui para a formação de indivíduos éticos e socialmente responsáveis.

Ao integrar temas relacionados aos direitos humanos com os elementos curriculares do Ensino Médio, os estudantes são provocados a uma compreensão mais profunda dos princípios fundamentais que sustentam uma sociedade justa e igualitária, pensando um outro mundo possível (Krenak, 2020). O estudo dos direitos humanos oferece aos estudantes a oportunidade de analisar criticamente questões contemporâneas, estimulando o pensamento reflexivo e a capacidade de avaliação de desafios sociais complexos.

Então, diante deste contexto, o artigo que aqui se apresenta será composto, para além da introdução, de outras cinco seções. A próxima seção, a fundamentação teórica, abordará um diálogo entre Krenak (2022) com Deleuze e Guattari (2012). Na seção metodologia, a exposição de como os autores do artigo leem a cartografia social deleuzo-guattariana e como foram gerados os dados. Para as próximas duas seções, serão apresentados os dados e suas cartografias, e, por último, o que convencionalmente chama-se de considerações finais, ainda que provisórias, já que se vivencia um espaço de inúmeras reterritorializações. A questão de pesquisa é apontada ao final da próxima seção, já que ela está imbricada com o referencial teórico.

A vivência proposta nesta cartografia acontece, como já mencionado, numa escola de ensino privado no Médio Vale do Itajaí, em Santa Catarina. A escola oferece o ensino médio integrado ao ensino profissionalizante, mediante um curso técnico em programação de jogos digitais. Os estudantes vivenciam o ensino médio

em período integral. O elemento curricular base para a geração dos dados está ligado às ciências humanas e reflete ações acerca da valorização da diversidade humana nas relações sociais. A reflexão proposta foi mediada pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, que se apresenta como leitura obrigatória do elemento curricular.

Os pesquisadores envolvidos com a pesquisa fazem parte do corpo docente da instituição. Um deles está na coordenação pedagógica e o outro o docente responsável. A partir de Deleuze e Guattari (2010) pesquisa, pesquisadores e objeto se envolvem rizomaticamente. O resultado de uma cartografia é abordagem dada a partir de conexões estabelecidas. O tema atravessa o corpo do(s) pesquisador(es) transformando-os como os indivíduos envolvidos. Daí decorre a escolha metodológica pela cartografia social, por compreender dados, pesquisa e pesquisadores numa relação vivencial de autorreterritorialização.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar a discussão introduzida nesta pesquisa, o itinerário de estudos prevê a passagem por três discussões. A crítica ao capitalismo apresentada por Krenak (2020); a geofilosofia de Deleuze e Guattari (2010) que dialoga como possibilidade de pensar alternativas para aquilo que se apresenta, e o contexto da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ONU, 2017), que é o mote da experiência didática que gerou os dados e a cartografia. Doravante chama-se a *Declaração*, por D.U.D.H.

A reflexão sobre o tema da educação, a partir de Krenak (2020) ganha relevância ao analisar como as instituições educacionais, em particular as universidades e organismos multilaterais, desempenham um papel na formação da compreensão da humanidade e na construção de narrativas sobre desenvolvimento e sustentabilidade. A questão não é como as instituições de ensino se impõe, mas como elas são frutos da maquinaria do capital.

A crítica ao capitalismo, realizada por Krenak (2020) ampara-se em reconhecer a maquinaria agindo a partir do momento que a sociedade se homogeneíza por diversas razões, trazendo como efeito a padronização cultural,

fortificando uma lógica do consumo, explorando a Mãe Terra, e isso tudo apresenta como consequência o desenvolvimento social.

O capitalismo, ao promover uma economia globalizada, muitas vezes leva à padronização cultural, e esta padronização é resultado da homogeneização dos currículos, como Cervi (2013) apresenta. Produtos culturais, como música, filmes e moda, frequentemente seguem tendências globais dominadas por grandes corporações, resultando na perda da diversidade cultural e na imposição de uma cultura homogênea, reterritorializando os espaços identitários locais.

Ao mesmo tempo que os fluxos são padronizados, para Krenak (2020), o capitalismo incentiva um modelo de consumo que promove a identificação das pessoas por meio de bens materiais. Essa busca incessante por produtos muitas vezes leva à adesão a padrões estéticos e estilos de vida que são promovidos pelas empresas, contribuindo para uma homogeneização das preferências e identidades individuais. Os elementos se entrelaçam.

A busca constante pelo crescimento econômico no capitalismo muitas vezes leva à exploração desenfreada dos recursos naturais, que é a grande denúncia realizada por Krenak (2020). Isso resulta na perda de identidades locais ligadas à terra e na imposição de um modelo de exploração uniforme, causando danos ambientais e impactando negativamente comunidades tradicionais. Os processos de reterritorialização causados pelo paradigma do capitalismo desconsideram as possibilidades de surgimento e um outro-espço “não capitalista”.

O capitalismo, especialmente em sua forma neoliberal, para Krenak (2020; 2023) intensifica as desigualdades sociais. Isso ocorre quando as grandes corporações acumulam poder e riqueza, deixando muitas comunidades à margem. O exemplo notório apresentado pelo autor é a situação enfrentada pelos povos originários após o crime ambiental de Mariana, Minas Gerais. A desigualdade condiz à marginalização de culturas locais e à imposição de padrões globais dominantes.

Além destes elementos, Krenak (2020; 2023) convoca a pensar como a globalização econômica no capitalismo constrói a hegemonia de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário

Internacional. Essas instituições frequentemente impõem políticas que favorecem o mercado global em detrimento das especificidades culturais e sociais locais, contribuindo para uma homogeneização nas práticas econômicas.

A geofilosofia, conforme desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010), constitui um enfoque teórico que compreende as dinâmicas espaço-temporais nas quais se desdobram as relações sociais, políticas e culturais. Central para essa abordagem é o conceito de "território", o qual analisa em termos de movimentos de desterritorialização e reterritorialização. O capitalismo opera em um território que vai além da porção de terra, ele atravessa determinadas relações.

Os pensadores franceses rejeitam abordagens essencialistas do território, propondo uma compreensão fluida e dinâmica, na qual as forças de desterritorialização e reterritorialização estão sempre em jogo. Essa perspectiva desafia noções estáticas de espaço e territorialidade, destacando a natureza processual e em constante transformação das geografias humanas. Há uma constante movimentação transforma [caos]mundo.

O termo "território" transcende sua mera conotação geográfica, sendo concebido em Deleuze e Guattari (2010) como uma construção complexa e multifacetada que abrange dimensões sociais, subjetivas e simbólicas. A desterritorialização, conforme proposta pelos autores, refere-se aos processos pelos quais as estruturas convencionais são desfeitas, desarticuladas ou subvertidas. Isso implica uma ruptura com as formas estabelecidas de organização espacial, permitindo a emergência de novas configurações e relações. A geofilosofia é da ordem do movimento.

Por outro lado, a reterritorialização representa os movimentos pelos quais novas territorialidades são estabelecidas em resposta à desterritorialização. Este processo não implica necessariamente na criação de territórios fixos e estáveis, mas sim na reorganização e rearticulação das relações espaciais de acordo com novas lógicas e significados. Assim, a reterritorialização é caracterizada por uma constante reinvenção e adaptação das formas de territorialidade. A crítica de Deleuze e Guattari (2010) ao capitalismo, está no olhar que o movimento de desterritorialização

no capitalismo não é completo. Em vez de apresentar “outra” possibilidade, ele retroalimenta-se.

E por último, esta seção, apresenta a *D.U.D.H.* que foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. O principal objetivo é estabelecer padrões universais de direitos fundamentais e liberdades para todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, etnia, gênero, religião ou qualquer outra característica. Há de se considerar que, “antes mesmo de ser cidadão, de pertencer a uma comunidade histórica com suas tradições e suas crenças, nós somos fundamentalmente humanos” (RICOEUR, 2013, p. 211).

O texto da *D.U.D.H.* é composto por 30 artigos que abrangem a multiplicidade de direitos, incluindo direitos civis e políticos, como liberdade de expressão e direito a um julgamento justo, bem como direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito à educação e o direito ao trabalho. Um conjunto que expressa fundamentalmente, como lembra Paul Ricoeur (2013), a humanidade da qual o ser humano é revestido.

Ao adotar a *D.U.D.H.*, a comunidade internacional buscara estabelecer princípios comuns que servissem como base para a promoção e proteção dos direitos humanos em todo o mundo. A *Declaração* é considerada um marco importante na história dos direitos humanos e influenciou a elaboração de muitas constituições nacionais e instrumentos legais em nível global. “Com efeito, a *Declaração dos Direitos Humanos* faz apelo à nossa capacidade de indignação face à sua violação” (RICOEUR, 2013, p. 212). Ela não é uma garantia da lei ordinária em cada país signatário, mas um indicativo de preservação da dignidade humana.

Diante do apelo de preservação da Mãe Terra, através da leitura de Krenak (2020); das formas de resistência como possibilidade de reterritorialização em Deleuze e Guattari (2010), diante da perspectiva da dignidade humana (ONU, 2017), então, a pergunta norteadora desta pesquisa é, em face de um sistema que tende a homogeneizar os espaços e as condições de existência, quais estratégias e possíveis “linhas de fuga” a escola poderia desenvolver para promover diversidade, resistência e uma educação mais contextualizada e inclusiva?

3 A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO MÉTODO NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Para a construção deste artigo utilizou-se como método a cartografia social, dada a partir de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010) que é um método que difere da cartografia tradicional. A cartografia social, emerge como um método inovador e fecundo nas ciências humanas, proporcionando uma abordagem dinâmica e relacional para compreender as complexidades e as multiplicidades dos fenômenos sociais.

Deleuze e Guattari (2010) propõem uma visão não linear e não estratificada do espaço social, desafiando as abordagens tradicionais que frequentemente reduzem as relações a estruturas fixas e hierárquicas. A cartografia social, assim, se distingue como uma ferramenta conceitual capaz de capturar a fluidez das interações sociais e as multiplicidades que as constituem. “O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 21).

Ao adotar a cartografia social, os pesquisadores das ciências humanas podem transcender as limitações dos modelos estáticos de análise, permitindo uma representação mais fiel das dinâmicas sociais em constante transformação. “O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 21).

A abordagem dos pensadores franceses enfatiza a importância de mapear conexões, fluxos e devires, destacando a natureza processual e nômade das relações humanas. Nesse sentido, a cartografia social proporciona um meio eficaz de explorar territórios sociais emergentes, subvertendo as estruturas pré-estabelecidas e abrindo espaço para narrativas marginalizadas e resistências.

Outro aspecto relevante da cartografia social é sua capacidade de integrar perspectivas divergentes e vozes plurais, favorecendo uma compreensão mais inclusiva e horizontal dos fenômenos sociais. Ao reconhecer a multiplicidade de atores e agenciamentos presentes em qualquer contexto social, a cartografia social

oferece um método que vai além das dicotomias simplificadoras, promovendo uma visão mais rica e matizada da experiência humana.

Assim, a aplicação da cartografia social nas ciências humanas revela-se como uma ferramenta metodológica promissora para desvendar as intrincadas redes de significados e relações que permeiam os contextos sociais contemporâneos. E neste artigo, a cartografia é usada para estabelecer conexões entre os dados, e com elas descreve-se as similaridades e diferenças, entre obra, contexto e pesquisadores.

Desta forma, o artigo analisa fotografias produzidas por estudantes do ensino médio, como será exposto na próxima seção. A partir dos elementos chave mapeia conexões e fluxos presentes nas imagens. Isso envolve a identificação de relações entre os elementos visuais, bem como a análise de como diferentes partes das imagens se conectam.

A despeito das conexões, o contexto histórico e cultural mais amplo será considerado, reconhecendo as influências que podem moldar as representações visuais. Com isso chega-se a ideia de múltiplas linhas de fuga, incorporando diferentes perspectivas na interpretação das imagens. Analisando como diferentes grupos sociais podem interpretar as imagens de maneira distinta. E por último, identifica-se as narrativas emergentes nas imagens, aquelas que podem desafiar ou subverter as normas estabelecidas.

4 OS DIREITOS HUMANOS EM FOTOS

A pesquisa em questão foi conduzida em uma instituição de ensino privada de nível médio, com oferta de curso técnico profissionalizante integrado, situada na região do Médio Vale do Itajaí, em Santa Catarina. A instituição adota o regime de ensino em período integral, contemplando os componentes curriculares fundamentais em conformidade com o *Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense*, Santa Catarina (2021). Na grade curricular da instituição são considerados os elementos específicos relativos à formação profissionalizante, delineados pela entidade mantenedora, divididos em dois blocos distintos, o bloco de formação técnica específica e o de formação humana profissional. Cabe ressaltar

que, no âmbito deste último grupo, encontra-se o componente curricular central para o desenvolvimento da presente pesquisa.

O elemento da pesquisa chama-se *Somos diferentes, mas estamos todos juntos: diversidade humana*, com carga horária de 20 horas. Ele tem como indicador de ensino aprendizagem eleger ações que permitam a valorização da diversidade humana nas relações sociais e a resolução de conflitos a partir dos princípios de mediação. “*Somos diferentes*” é contemplada por estudantes do primeiro ano do ensino médio.

Diante do contexto do elemento curricular, propõe-se aos estudantes o desenvolvimento de uma exposição de fotos inspirados na leitura e estudo da *D.U.D.H.* A classe de estudantes foi dividida em grupos, com etapas de estudo, produção e exposição fotográfica. Na primeira etapa, apresentou-se o contexto histórico do século XX e como os acontecimentos trágicos de duas guerras levaram a construção de uma declaração conjunta com fins de promover a paz e a dignidade humana (CHAUÍ, SANTOS, 2013; RICOEUR, 2013). O passo seguinte ao contexto, foi a leitura do texto da *D.U.D.H.* e roda de conversa discutindo os elementos significativos da leitura.

A partir da construção da fundamentação teórica, cada grupo de estudo selecionou um dos artigos contidos na *D.U.D.H.*, elaborou um plano de atividades fotográficas e submeteu esse planejamento à análise crítica dos demais colegas de classe. O propósito subjacente a essa atividade não se limitou apenas ao desenvolvimento de indicadores de aprendizagem, mas também visou estabelecer conexões, sob uma perspectiva deleuzo-guattariana, entre o tema delimitado, a *D.U.D.H.* e a reflexão.

Diante de toda construção teórica e da geração da exposição fotográfica o resultado foi:

Figura 1: Vulnerabilidade Social.



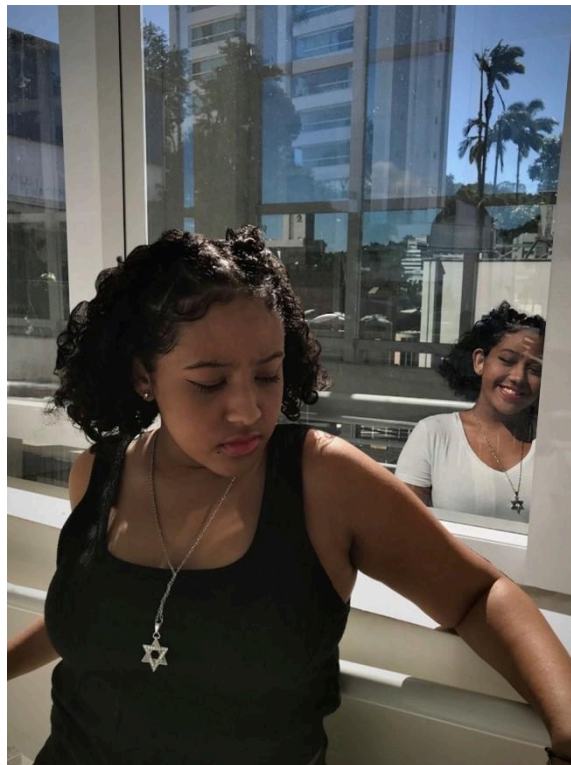
Fonte: acervo dos pesquisadores (2023).

Com fundamentação no Artigo V, a imagem capturada suscita uma reflexão acurada sobre a vulnerabilidade social, delineando as agruras de indivíduos que foram submetidos a variadas formas de tormento, que incluem não apenas conflitos familiares e exploração laboral infantil, mas também dimensões de tortura psicológica, evidenciadas pelo esgotamento emocional manifestado. A crítica à postura da política nacional reside na sua alegada negligência quanto à equidade na distribuição de recursos e oportunidades, uma omissão que é considerada não apenas lamentável, mas, de fato, repugnante.

Diante da representação captada, a aspiração utópica pelo término de práticas torturantes é manifestada com um toque de esperança, ainda que permeada pelo reconhecimento realista de que a persistência e a intensificação desse fenômeno são uma triste realidade que se agiganta com o decorrer do tempo. Sublinha-se, então, a imperatividade de implementar políticas públicas eficazes, delineadas para enfrentar os desafios multidimensionais presentes no tecido social e

econômico. Tais políticas são concebidas não apenas como instrumentos, mas como um meio de conferir uma resposta sistêmica e abrangente, visando não só o bem-estar coletivo, mas também a mitigação das disparidades socioeconômicas que corroem os pilares da justiça.

Figura 2: A liberdade e a alegria.



Fonte: acervo dos pesquisadores (2023).

Com reflexão construída a partir do artigo XVIII da *D.U.D.H.* uma mulher é representada com uma expressão triste e abatida sugere uma privação de liberdade, bem como a impossibilidade de articular seus pensamentos e sentimentos. Contudo, a imagem subjacente desvela uma realidade contrastante, uma pessoa livre, irradiando um sorriso e desfrutando de uma felicidade plena. Diante dessa análise visual, instiga-se a contemplar a condição da protagonista, aparentemente enclausurada e impedida de ser autêntica ou de externar sua verdadeira essência. No entanto, paradoxalmente, seu eu interior exala uma liberdade incondicional, desprovida de julgamentos ou condenações.

Figura 3: A mão do capital sobre o trabalhador.



Fonte: acervo dos pesquisadores (2023).

A composição visual incita, assim, a uma análise mais profunda das aparências e à consideração da dualidade intrínseca entre a prisão exterior, muitas vezes imposta por construções sociais e circunstâncias adversas, e a liberdade interior que pode coexistir de forma paradoxal em um mesmo indivíduo. Essa dualidade sugere uma reflexão mais abrangente sobre o que verdadeiramente constitui um mundo de direitos. À medida que se confronta com a dicotomia entre a realidade exterior e a liberdade interior, surge a indagação crucial, em que medida as estruturas sociais, legais e culturais garantem efetivamente os direitos proclamados pela *D.U.D.H.*?

Uma reflexão sobre os direitos humanos em relação ao trabalho e à dignidade, dada a partir do artigo IV da *D.U.D.H.* Um trabalhador exausto, segurando uma ferramenta danificada (vassoura), enquanto uma mão “superior” o pressiona a trabalhar mais. Isso evoca a ideia de exploração e escravidão,

levantando questões sobre a garantia de condições justas, seguras e saudáveis de trabalho, assim como o respeito aos direitos fundamentais do trabalhador. Por diversas vezes surgiram relatos de trabalhos análogos a escravidão em Santa Catarina. A foto convida a refletir sobre a importância de proteger os direitos humanos no ambiente de trabalho, assegurando a dignidade, a liberdade e a igualdade para todos os indivíduos.

5 CARTOGRAFIA DOS DADOS

O método cartográfico prevê o registro de conexões, fluxos e devires, destacando a natureza processual e nômade das relações humanas. No caso da pesquisa, apresentar-se-á a cartografia a partir de quatro condições. Em primeiro, os aspectos de similaridades entre as figuras; na sequência, as diferenças significativas entre elas. Mapeados os paradoxos buscou-se as conexões e por fim, possíveis recomendações dadas a partir deste mapeamento social.

As figuras compartilham uma abordagem profunda sobre a condição humana, utilizando referências específicas dos artigos IV; V e XVIII da *D.U.D.H.* As figuras exploram a dualidade entre a aparência exterior, muitas vezes refletida em situações de vulnerabilidade, e a liberdade interior, sugerindo uma reflexão crítica sobre a verdadeira garantia dos direitos proclamados pela *D.U.D.H.* Além disso, elas enfatizam a importância da implementação de políticas públicas eficazes para enfrentar os desafios sociais e econômicos, visando o bem-estar coletivo e a redução das disparidades socioeconômicas.

A questão do direito humano e da dignidade não é uma condição exclusiva de normativas ou direcionamentos, mas é uma forma discursiva que atravessa os corpos produzindo efeito sobre eles. Quando Krenak (2020) fala num outro mundo possível, pode vir a ser este mundo que promove o bem-estar coletivo e a redução das disparidades. As três figuras denunciam uma condição de exploração da comunidade, embora a representação das figuras seja individual, a ideia representa uma coletividade.

Embora as figuras abordem a temática dos direitos humanos, elas diferem em suas ênfases. A Figura número 1 destaca a vulnerabilidade social, conflitos

familiares, exploração laboral infantil e tortura psicológica, criticando a negligência de políticas públicas existentes. Já a Figura números 2 e a 3 focam na dualidade entre a prisão exterior e a liberdade interior, explorando a questão da garantia efetiva dos direitos proclamados pela *D.U.D.H.*

Os discursos presentes nas três figuras evidenciam a maquinaria, conforme descrito por Cervi (2013), atuando sobre os corpos. Há um avanço no reconhecimento das dificuldades impostas e nos limites que a própria *D.U.D.H.* apresenta; no entanto, a crítica restringe-se a esse ponto. Ela está posta, mas não progride. Contudo, é imperativo considerar o reconhecimento de si e, por extensão, da própria humanidade, aproximando-se das ideias de Ricoeur (2013).

Com isso, faz-se necessário reconhecer o papel da escola para além da homogeneização, aspecto fortemente criticado por Deleuze e Guattari (2010). Os discursos sobre os corpos mantêm a maquinaria em ação, mas na crítica, surge a possibilidade de vislumbrar outras condições, embora, ao menos nas figuras analisadas, essas condições não representem uma concepção de comunidade.

A partir dessas dicotomias as figuras apresentam algumas conexões que residem na base comum dos direitos humanos, referenciando a *D.U.D.H.*, e na abordagem profunda sobre a condição humana. Elas expressam a necessidade de reflexão crítica sobre as garantias de direitos, seja na esfera social, econômica ou cultural. A dualidade entre a realidade exterior e a liberdade interior é uma temática central que perpassa todos as figuras, promovendo uma análise mais profunda das aparências e uma consideração mais abrangente do que verdadeiramente constitui um mundo de direitos.

A geofilosofia, segundo Deleuze e Guattari (2010), configura-se como uma abordagem teórica que abarca dinâmicas espaço-temporais, onde o tempo e o espaço se entrelaçam na constituição de determinados sujeitos. A escola no tempo presente transcende a abordagem meramente técnica do ensino, transformando-se em um espaço para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais voltadas à formação de indivíduos críticos (MEC, 2018).

A criticidade, nesse contexto, manifesta-se mediante a reflexão sobre direitos e deveres, e como o sujeito reage a tais condições, seja no âmbito social, econômico ou cultural. Embora os direitos, de maneira geral, estejam preestabelecidos, sua aceitação não ocorre de maneira unânime; há formas de criticar aquilo que está posto, como exemplificado na Figura n. 1, que, diante da violência sofrida, lança uma crítica à segurança contra ela. Nesse sentido, Ricoeur (2013, p. 212) destaca que a Declaração dos Direitos Humanos apela à nossa capacidade de indignação diante de sua violação.

Considerando as reflexões apresentadas nas figuras, recomenda-se a necessidade de abordagem integrada na formulação de políticas públicas no Brasil, algo já claro em Chauí e Santos (2013). É imperativo que o governo, as instituições e a sociedade civil se unam para desenvolver estratégias abrangentes que não apenas enfrentem as disparidades socioeconômicas, mas também promovam a igualdade, a liberdade e a dignidade para todos os cidadãos. A conscientização pública sobre a importância dos direitos humanos, aliada a uma implementação eficaz de políticas, pode ser a chave para criar uma sociedade mais justa e equitativa. As fotografias produzidas pelos estudantes desvelam uma autorreflexão que sugere que a proteção dos direitos humanos devesse ser encarada como um compromisso coletivo e contínuo.

As imagens apresentadas estabelecem conexões, porém abstêm-se de uma abordagem ambiental, no sentido restrito do termo. Simultaneamente, aproximam-se da perspectiva ampla de Krenak (2020), como evidenciado na Figura número 2. A dicotomia presente na fotografia representa a amplitude daquilo que constitui a condição humana. Não se trata do dualismo criticado por Krenak (2020) e por Deleuze e Guattari (2010); ao contrário, é a soma de diversas outras influências que formam dois territórios distintos e, ao mesmo tempo, interconectados. Este território transcende a mera conotação geográfica que se revela na evidência, proporcionando ao espectador um lugar de multiplicidade.

Em suma, a cartografia não é apenas o que está visível, conforme Deleuze e Guattari (2010) sugerem, mas também o universo de possibilidades que gera uma

ação multifacetada em muitos outros territórios. Neste contexto, surge uma perspectiva educacional que pode ser encarada como resistência perante a maquinaria (CERVI, 2012). Não se trata de uma reforma total do processo escolar, mas sim de semear, a partir dele e de dentro da máquina, outras conexões carregadas de esperança.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por estratégias na educação para promover a diversidade, resistência e uma abordagem mais inclusiva é vital diante da homogeneização imposta pelo sistema. Diante do apelo pela preservação da Mãe Terra, ressaltado por Krenak (2020), a escola assume um papel crucial. Ela pode se tornar um espaço de resgate da singularidade, não só construindo conhecimento, mas também estimulando a reflexão crítica sobre as dinâmicas sociais, políticas e ambientais.

É necessário que a escola abrace abordagens pedagógicas que valorizem a diversidade cultural, ambiental e social, incorporando os saberes locais, as realidades regionais e as experiências de resistência. Incentivar o pensamento crítico, a autonomia intelectual e a empatia são importantes ações para formar cidadãos conscientes e comprometidos com a justiça social e ambiental. Além disso, a criação de espaços de diálogo e escuta ativa, em que diferentes perspectivas sejam consideradas e respeitadas, é fundamental para construir uma comunidade escolar inclusiva e empática.

A escola pode se tornar um ponto de partida para ações concretas, incentivando práticas sustentáveis, respeito à diversidade e valorização das identidades individuais e coletivas. Dessa forma, ela torna-se um agente de transformação, preparando cidadãos que possam contribuir na construção de uma sociedade mais plural, justa e sustentável.

Através da aplicação da cartografia social, aprofundou-se na complexidade das relações humanas, desafiando abordagens estáticas ao oferecer uma visão dinâmica e relacional dos fenômenos sociais. Inspirado pela perspectiva de Deleuze e Guattari (2010), o método revela não apenas as conexões evidentes entre as

imagens analisadas, mas também as diferenças significativas e as possíveis recomendações que emergem desse mapeamento.

As imagens capturam “nuances” da condição humana, destacando os desafios enfrentados relativamente aos direitos humanos e à dignidade. Cada imagem aborda reflexões distintas sobre a vulnerabilidade social, a dualidade entre a prisão exterior e a liberdade interior, e a luta por condições justas no ambiente de trabalho. Elas interpretam as diretrizes da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e confrontam as limitações e desafios reais na garantia desses direitos.

Ao observar a ação da maquinaria sobre os corpos, como descrito por Cervi (2012), há uma oportunidade de reconhecimento mútuo e humanização, conforme sugerido por Ricoeur (2013). Essa reflexão não se limita apenas ao âmbito normativo, mas transcende para um olhar mais profundo sobre a própria humanidade e a sua interconexão com os direitos proclamados.

Ao abordar os desafios da sociedade contemporânea e as reflexões proporcionadas pelas imagens, apontou-se a necessidade de uma abordagem integrada na formulação de políticas públicas. Reconhece a importância de unir esforços para garantir não apenas a igualdade e a liberdade, mas também a dignidade para todos os cidadãos.

No cerne dessas reflexões, está a ideia de resistência. Não apenas uma resistência radical, mas uma sementeira de novas conexões, que brotam de dentro da própria estrutura existente. É um convite à multiplicidade de perspectivas e ações num contexto que busca um mundo mais justo, inclusivo e respeitoso com a diversidade humana.

Em levantamento divulgado o relatório *Na linha de frente* (TERRA DE DIREITOS, 2023, p. 15), entre 2019 e 2022, no Brasil, **169 ativistas pelos direitos humanos foram assassinados** e registrou-se 579 ameaças relacionadas às pautas indígenas, ambientais ou por reformas agrárias!

REFERÊNCIAS

CERVI, Gicele Maria. **Política de gestão escolar na sociedade do controle**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

CHAUÍ, Marilena de Souza; SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia Digital, 2023.

_____. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MEC, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 3. ed. Brasília: MEC, 2018. (Texto Preliminar).

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. 2017. Acesso em: 10 nov. 2023.

RICOEUR, Paul. A Declaração Universal Dos Direitos Humanos - Um Novo Sopro. **Synesis**, v. 5, n. 2, p. 211–213, jul. 2013.

SANTA CATARINA, Secretária de Estado da Educação. **Currículo base do ensino médio do território catarinense**: caderno n. 1 - disposições gerais. Florianópolis: Gráfica Coan, 2021. v. 1.

TERRA DE DIREITOS. **Na linha de frente**. Curitiba: Terra de Direitos, 2023.